

PT

PARTIDO DOS TRABALHADORES

PARTIDO DOS TRABALHADORES
SECRETARIA GERAL NACIONAL
SECRETARIA SINDICAL

RELATORIO DO I ENCONTRO SINDICAL NACIONAL DO PT

Convocado pela Secretaria Sindical Nacional do PT, foi realizado o 1º Encontro Sindical Nacional do PT nos dias 24 e 25 de julho de 1982, no Colégio Equipe, em São Paulo. Dele participaram militantes petistas dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Alagoas, Sergipe, Ceará e Brasília.

Os critérios para participação no Encontro, previamente definidos pela Secretaria Sindical Nacional, foram os seguintes:

1. militantes do PT que ocupam atualmente cargos de direção em sindicatos ou entidades profissionais que não possuem sindicatos;
2. dirigentes sindicais cassados e que são militantes do PT;
3. delegados de base escolhidos nos Encontros Sindicais Regionais;
4. os membros da Secretaria Sindical Nacional e das Secretarias Sindicais Regionais;
5. os membros do Diretório Nacional.

Compareceram 150 militantes sindicais, representando 26 categorias profissionais: metalúrgicos, bancários, coureiros, vidreiros, jornalistas, médicos, professores, engenheiros, sociólogos, construção civil, arquitetos, gráficos, metroviários, servidores públicos, enfermeiros, têxteis, marceneiros, empregados em telefonia, radialistas, assistentes sociais, vigilantes, portuários, Senalba, químicos, costureiras e fosforeiras. Levantamento feito entre os participantes revelou a presença de 92 sindicalistas ligados ao setor terciário e 13 ligados à produção, num total de 105 que responderam ao questionário.

O Encontro teve início às 10h15m do dia 24 de julho de 1982 com um minuto de silêncio em homenagem aos companheiros mortos pela repressão na luta em defesa dos direitos dos trabalhadores. A abertura foi feita pelo companheiro Olívio Dutra, que falou sobre o significado fundamental do Encontro: a construção de uma linha sindical do Partido.

Em seguida foi aprovada a mesa coordenadora dos trabalhos, composta pelos companheiros Jacó Bittar, Olívio Dutra, Djalma Bom e Isabel Picalunga. Aprovou-se também o Regimento Interno do Encontro e a seguinte pauta de discussão:

- a) Informe sobre as origens e situação atual do movimento sindical brasileiro.
- b) Princípios e prática de um sindicalismo livre e democrático.
- c) O PT e o movimento sindical.
- d) Plataforma do movimento sindical brasileiro.

Passamos então aos informes sobre a Comissão Nacional Pró-CUT, apresentados pelos companheiros Olívio, Jacó, Vitor Bouaiz, Clara Ant, Jorge Bittar, Edson e Armando Rolemborg. Entre outras questões, explicaram sua posição a respeito do adiamento ou não do CONCLAT nas reuniões ocorridas nos dias 5 e 17 de julho de 1982.

Olívio: (bancários de Porto Alegre) - Na Comissão Pró-CUT sempre votou pela manutenção do CONCLAT neste ano. Entende que se ela fosse adiada a Comissão Pró-CUT estaria autoprorrogando seu mandato. Após 27 de agosto ela se tornaria biônica. Avalia que após o 1º CONCLAT o movimento sindical brasileiro ainda é frágil. Manifesta-se contra a criação da CUT em 1982. Entende que a Comissão Pró-CUT deve avaliar seu desempenho e seu relacionamento com as bases.

Jorge Bittar: (engenheiros do Rio) - Na reunião de 5 de julho votou favorável à manutenção do CONCLAT em 82 devido à consulta feita aos ENCLATS. No dia 17 mudou o voto em função da posição da CONTAG. Entende que apesar da falta de representatividade a CONTAG tem peso e deve ser mantida a unidade do movimento. Avalia que o CONCLAT 82 só poderia ser realizado agora de uma maneira formal. Considera que as debilidades da Comissão Pró-CUT decorrem menos de sua composição e mais da própria realidade do movimento sindical brasileiro.

Clara - arquitetos de S.Paulo: Sempre votou a favor da realização do CONCLAT em 82, mesmo porque era esse seu papel na Comissão Pró-CUT. Avalia que as Federações e Confederações minaram a realização do CONCLAT.

Vitor - médicos do Esp. Santo: No dia 5 votou contra a realização do CONCLAT em 82 pois seguiu posição definida pelos sindicatos médicos.

Armando - Fed. Jornalistas: Votou pelo adiamento do CONCLAT por entender que seria um CONCLAT mais estreito que o de 1981 sem a participação da CONTAG. Entende também que a formação da CUT agora seria mero aparelhismo.

Edson - bancários de S.Paulo: Na reunião do dia 17 não votou pois considerou o encaminhamento uma manobra da Comissão Pró-CUT.

Após algumas explicações sobre as diferentes posições, seguiram-se os informes dos vários Estados presentes, resumidos assim:

MINAS GERAIS

A Secretaria Sindical do PT em Minas já tem 1 ano de existência, reúne-se regularmente e constitui-se num forum de debates e articulação dos sindicalistas petistas objetivando uma intervenção conjunta no movimento sindical.

A prática dos militantes sindicais do PT em Minas não tem sido a de levar as diretrizes do PT para dentro do movimento, mas sim de, através da experiência concreta de cada um em sua categoria, traçar a linha de ação sindical para o Partido.

Os critérios para participação no Encontro Sindical Regional foram muito criticados, sendo considerados muito restritivos à participação de delegados de base. Foi realizado no dia 17 de julho e tirou encaminhamentos importantes para o avanço do trabalho sindical do PT. Foi constituída uma comissão de assessoria sindical, encarregada de contatar profissionais das áreas de Direito Trabalhista e Economia e elaborar material educativo e cursos de formação sindical. Foram também formadas comissões para contatos com outros dirigentes sindicais, levantamento de realização de eleições sindicais etc.

PARANA

A Secretaria Sindical vem desenvolvendo lá uma atividade de inserção no movimento, tendo desempenhado papel destacado no encaminhamento do II ENCLAT no Paraná, assim como na construção da ANAMPOS. Pretende também desenvolver atividades de formação sindical.

O II ENCLAT/PR ficou marcado para os dias 28 e 29 de agosto, quando serão discutidos os informes e será feito balanço dos movimentos populares e sindicais e a CUT. Será discutido o tipo de CUT que queremos e passos para a sua construção.

RIO GRANDE DO SUL

A Secretaria Sindical regional atua desde setembro de 1981. Já elaborou 2 documentos: um sobre a linha sindical do PT (distribuído às zonais e diretórios) e outro sobre a relação entre o PT e os sindicatos (enviado aos sindicatos do Estado).

Em 1982 promoveu o Encontro Metropolitano de Sindicalistas do PT da Grande Porto Alegre, com a participação de 87 militantes e o Encontro Estadual de Sindicalistas do PT, que discutiu a linha sindical do PT e a pauta do ENCLAT/RS. Foi aprovada, por 20 votos contra 13 a atuação unitária do PT no movimento sindical.

O Encontro posicionou-se no sentido de que os petistas se empenhem na preparação e participação ativa no ENCLAT e no CONCLAT, defendendo a realização desse último na data prevista.

ESPIRITO SANTO

A preparação para o Encontro Sindical Nacional foi feita com a convocação de reuniões (e não Encontro Estadual) onde foram discutidas amplamente as seguintes questões: a situação sindical local; a pequena participação de dirigentes sindicais na Secretaria Sindical do PT/ES (embora o PT conte com a grande maioria dos dirigentes sindicais combativos do Estado); a participação dos petistas no ENCLAT; a formação dos núcleos por categoria e a reestruturação da Secretaria Sindical/ES. Nessa última questão ficou definida uma direção para a Secretaria, composta por um representante de cada categoria profissional, e também que as reuniões da Secretaria permaneceriam abertas à participação de todos os petistas com militância sindical.

GOIÁS

A Secretaria Sindical foi formada na última Pré-Convenção Estadual, de junho de 82, composta pelos companheiros: Milton, Nelson, Augusto, Bacurau, Nativo, Delúbio, Valdi, Davi, Parcifal e Hamilton.

A maior parte dos membros da Secretaria Sindical também são membros da Comissão Estadual Pró-CUT de Goiás, eleita no último ENCLAT.

Em 18 de julho realizou-se o I Encontro de Sindicalistas do PT, onde foi aprovada a delegação para o Encontro Nacional e foi discutida e aprovada a proposta a ser apresentada neste Encontro Nacional.

A Secretaria Sindical deve ainda definir uma organização interna.

DISTRITO FEDERAL

A Secretaria Sindical existe há um ano. Para o Encontro Sindical Nacional realizou reunião preparatória onde foi aprovada a realização de esforços para a realização do CONCLAT, toda a força aos ENCLATS e que a decisão sobre a CUT deve ser tirada no CONCLAT.

Decidiu-se também estruturar a Secretaria Sindical através da atuação em categorias fundamentais.

O ENCLAT/DF foi realizado em 3 e 4 de abril, e nele foi eleita a Frente Sindical para centralizar o movimento sindical no DF.

CEARA

Até o momento não foi montada uma Secretaria Sindical. Deverá ser montada porque foi aprovada, como proposta, no Encontro de Sindicalistas de Fortaleza.

Já estão organizados três núcleos por categoria: bancários, sapateiros e professores.

O Encontro Municipal de Fortaleza aprovou também a realização de amplas campanhas de filiação, realização do CONCLAT na data marcada e campanha de nucleação por categoria

No ENCLAT, realizado em 19 e 20 de junho, foi estruturada a FRENTE INTERSINDICAL, com 12 sindicalistas rurais e 12 urbanos e mais um membro da Comissão Pró-CUT. Estes representantes serão escolhidos em suas categorias.

SERGIPE

A Secretaria Sindical está sendo montada e inicia sua atuação através das Oposições Sindicais de bancários, professores e trabalhadores rurais (em 2 municípios). Os ENCLATS de Sergipe não tem sido muito representativos: pequena presença de sindicalistas e ausência de discussão na base.

SANTA CATARINA

Não existe Secretaria Sindical organizada. Nos ENCLATS a participação de militantes petistas é mínima.

RIO DE JANEIRO

A Secretaria Sindical está estruturada e sob a responsabilidade de Geraldo, Isabel e Bittar.

No dia 20 de junho foi realizado o II Encontro Sindical do PT/RJ, com a presença de 51 delegados e 11 observadores, num total de 17 categorias profissionais. Nesse Encontro, entre outras questões foram aprovados os seguintes pontos:

1. PT e o movimento sindical:

- defesa dos princípios de autonomia e liberdade sindicais.
- estimular a formação de núcleos por categoria.
- aprofundar questões polêmicas como Oposição Sindical, Sindicalismo Unitário etc.
- procurar organizar chapas unitárias para concorrer às eleições dos sindicatos.

2. ENCLAT, CONCLAT e CUT:

- criação de uma Comissão Intersindical que substitua a Unidade Sindical, a ser escolhida no próprio ENCLAT.
- Por pequena margem de votos decidiu-se pelo adiamento do CONCLAT.

Terminada a parte dos informes dos Estados, o Encontro prosseguiu no cumprimento de sua pauta passando ao trabalho em grupos para discutir os pontos b, c e d da pauta aprovada.

Os grupos realizaram discussões sem se ater rigidamente aos pontos estabelecidos e trouxeram os resultados dos debates para plenário. Revelou-se consenso na grande maioria das questões, o que permitiu aprovação e adoção dos documentos apresentados como proposta por São Paulo e Goiás, com pequenas modificações, praticamente restritas às referências explícitas sobre a ANAMPOS. Esses dois documentos, que estão anexados a este relatório, aprofundam os princípios e diretrizes da política sindical do PT.

As propostas não contidas nos documentos e aprovadas no Encontro foram:

CUT - CONCLAT

1. Repudiar a decisão da Comissão Nacional Pró-CUT de cancelar o I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras.
2. Lutar pela realização do CONCLAT em 1982.
3. Proposta indicativa para o movimento sindical, de reunião em 14 e 15 de agosto das comissões intersindicais estaduais para discutir os impasses do movimento sindical no atual momento.

ORGANIZAÇÃO DO PT PARA A LUTA SINDICAL

1. Criar Secretarias Sindicais Municipais e Regionais do PT onde não existam e estimular o funcionamento das já estruturadas.
2. Realização de novos encontros regionais e nacional para aprofundar a linha sindical do PT.
3. Estimular e regulamentar os núcleos de categorias.
4. Maior utilização do Jornal dos Trabalhadores para divulgação das questões sindicais.
5. Unificar a atuação dos militantes sindicais petistas de cada categoria.

RELAÇÃO ENTRE O PT E O MOVIMENTO SINDICAL

1. Lutar contra a atual estrutura sindical atrelada.
2. Lutar por um sindicalismo livre, independente e autônomo.
3. Lutar contra o imposto sindical.
4. Nenhuma chapa sindical pode concorrer utilizando o nome do PT.
5. Os militantes petistas não devem concorrer em diferentes chapas nas eleições sindicais.

Os pontos de divergência quanto à CUT e CONCLAT se deram em relação ao repúdio da decisão da Comissão Pró-CUT de adiar o CONCLAT. Após discussões o repúdio foi aprovado por ampla maioria.

Outro ponto de divergência se referia à presença ou não dos militantes sindicais petistas na reunião convocada pela Comissão Pró-CUT para 11 de setembro. Após ampla discussão foi aprovado por maioria que não deveríamos adotar nenhuma decisão naquele momento.

No item "O PT e o Movimento Sindical" o principal ponto de divergência se referiu à questão do apoio a determinadas articulações sindicais, como a ANAMPOS. Por maioria ficou decidido que o PT não deve recomendar e apoiar nenhuma articulação sindical em particular.

Foram ainda aprovadas as seguintes recomendações:

1. Aprofundar a discussão sobre sindicalismo rural.
2. Estabelecer critérios mais democráticos de participação nos Encontros do PT.
3. Ampliar a discussão sobre a autonomia sindical.
4. Aprofundar a discussão do significado da CUT e o que significa construir e atuar pela base.

Afora os pontos previstos na pauta, foram propostas e aprovadas as seguintes moções:

1. Apoio às 5.000 famílias que, no dia 9/7/82, ocuparam área abandonada no Jardim Boavista, Goiânia, para aí construirem suas moradias. Contra a intimidação que vêm sofrendo pela Polícia Militar.
2. Repúdio à repressão e intimidação promovidas pelos órgãos policiais contra os candidatos do PT em todo o país.
3. Apoio à luta dos posseiros de Cachoeirinha, município de Varzelândia MG.

4. Apoio aos trabalhadores em greve na Usina Tamoio, Araraquara (SP).
5. Garantia de liberdade a Teodomiro Romeiro dos Santos para retornar ao Brasil.
6. Solidariedade aos 11 posseiros de Porto Nacional (GO), levados a julgamento por terem resistido à ação criminosa de grileiros de terra.
7. Condenação do governo militar polonês pela abertura de processos políticos contra militantes do Sindicato Solidariedade.
8. Apoio irrestrito aos servidores públicos das Secretarias de Saúde do Estado e Município de São Paulo e da Secretaria da Família e Bem-Estar Social do Município, transferidos ou demitidos arbitrariamente de suas funções por motivos de ordem política.
9. Repúdio à condenação, pela Ditadura Militar, dos dois padres e 13 posseiros de São Geraldo, na região do Araguaia, Estado do Pará.

Ao final do encontro, a Comissão Nacional Sindical do PT apresentou o seguinte manifesto que foi aprovado por aclamação.

MANIFESTO DO ENCONTRO NACIONAL SINDICAL

DO PT

O 1º Encontro Nacional Sindical do PT, reunido em SP nos dias 24 e 25 de julho de 1982, com a presença de 150 delegados de 12 Estados, reafirmou seu compromisso com os princípios fundamentais que estão na própria origem do Partido. Ou seja, orientar a atuação dos militantes e de suas lutas em defesa da autonomia, da liberdade e da democracia sindicais.

Guiar-se por essas diretrizes significa a autonomia das entidades e sindicatos em relação ao Estado, aos patrões, às instituições religiosas e aos grupos e partidos políticos - inclusive ao próprio PT, que nasce do movimento sindical, mas não pretende atrelá-lo nem se proclama - ao contrário de outros partidos - ou único representante dos trabalhadores. Mas o PT considera legítimo levar suas propostas, como vem fazendo, para o conjunto do movimento sindical, submetendo-se a democracia das assembleias e lutando pela unidade de ação entre os trabalhadores.

Lutar por esses princípios também, para os sindicalistas do PT construir a democracia sindical pela base, o que implica quebrar a estrutura sindical corporativa e desatrelar o sindicatos do Ministério do Trabalho.

Para construir um movimento sindical livre, autônomo, democrático, unitário (sem pluralismo ou paralelismo), que seja capaz de contribuir na emancipação dos trabalhadores, e decisivo, hoje, prosseguir na luta pela criação de uma Central Única dos Trabalhadores, sobre cuja fundação deveria deliberar o primeiro Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras, conforme decidiram em agosto de 1981 os mais de 5.000 delegados presentes à histórica Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras na Praia Grande.

Golpeando por correntes sindicais e grupos políticos que tentam conter as reivindicações dos trabalhadores nos marcos institucionais do regime militar, o primeiro CONCLAT teve sua realização adiada por decisão exclusiva da maioria dos membros da Comissão Pró-Cut. Embora se pretenda justificá-lo pelos pretextos do ano eleitoral - que dividiria os trabalhadores, pela fraqueza do movimento sindical - que não estaria pronto para construir a CUT, e pela suposta ausência dos trabalhadores rurais, o adiamento foi condenado pela esmagadora maioria dos sindicalistas do PT. Ao fazê-lo, eles traduzem as manifestações de amplas de trabalhadores.

A manobra do adiamento não só significou em desrespeito as decisões dos delegados da primeira Conferência da Classe Trabalhadora e uma violação de decisão que dias antes a própria Comissão Pró-Cut tomara em favor de sua realização, como passou por cima das resoluções de quase todos os ENCLATs que se pronunciaram pela realização do CONCLAT este ano inclusive elegendo delegados para o CONCLAT de 27, 28 e 29 de agosto. Mais que isso, ao impor o adiamento, a maioria da Comissão Pró-Cut exorbitou de seu mandato, que era unicamente o de encaminhar o plano de lutas e realizar o CONCLAT na data estabelecida. Em consequência, cortou um processo de organização em andamento, ameaça a unidade do movimento sindical e prorrogou por conta própria o seu mandato, que termina em 27 de agosto. Finalmente, ao convocar para os dias 11 e 12 de setembro uma reunião destinada a definir a nova data do CONCLAT, a maioria da Comissão Pró-Cut realiza uma dupla manobra: converte-se em direção biônica dos trabalhadores e tenta forjar uma direção sindical vigente.

Os sindicalistas do PT repudiam o cancelamento do CONCLAT e denunciam a ilegitimidade da reunião marcada para setembro. Ao mesmo tempo, reiteram sua disposição de realizar o CONCLAT esse ano, como já o fizeram diversos ENCLATs. E conclamam todos os trabalhadores e sindicalistas a lutar por este objetivo.